

**TERMO DE CONTRATO Nº 24/2019**

**PROCESSO: 6017.2019/0031676-4**

**OBJETO:** Contratação de instituição/empresa especializada em treinamento e capacitação de pessoas para ministrar o curso "Contabilidade Tributária", para servidores da Secretaria Municipal da Fazenda.

**CONTRATANTE:** Secretaria Municipal da Fazenda

**CONTRATADA:** INSTITUTO BRASIL DE INTELIGÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA.

**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 9.500,00

**DOTAÇÃO A SER ONERADA:** 17.10.04.129.3011.3.001.4.4.90.39.00.01

**NOTA DE EMPENHO:** 66.875/2019

Termo de Contrato que entre si celebram o **Município de São Paulo**, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, e a empresa **Instituto Brasil de Inteligência em Administração Pública Ltda.**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**, inscrita no CNPJ nº 46.392.130/0001-18, com sede na Rua Libero Badaró, nº 190 – Edifício Othon - 22º andar Centro, São Paulo - SP, neste ato representada pela Coordenadora de Administração, Senhora **ELIANE OSTROWSKI**, adiante denominada simplesmente **SF, PMSP ou Contratante**.

**CONTRATADA:** empresa **Instituto Brasil de Inteligência em Administração Pública Ltda.**, com sede na Rua Ceará, nº 2168 – Campos Elísios – Ribeirão Preto/SP, CEP 14085-520, Telefone: (16) 2132-7000 inscrita no CNPJ nº 62.009.642/0001-09, neste ato representada por seu representante legal, conforme seus estatutos.

As partes acima qualificadas têm entre si justas e acordadas o presente contrato para a **"Contratação de instituição/empresa especializada em treinamento e capacitação de pessoas para ministrar o curso "Contabilidade Tributária", para servidores da Secretaria Municipal da Fazenda"**, autorizado no Processo SEI nº 6017.2019/0031676-4, por meio do despacho SEI nº 019107498, publicado no D.O.C. de 24/07/2019 e que será regido pelas normas e disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, conforme segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO DO CONTRATO**

**1.1.** Este instrumento tem como objeto a Contratação de instituição/empresa especializada em treinamento e capacitação de pessoas para ministrar o curso "Contabilidade Tributária", para servidores da Secretaria Municipal da Fazenda.

**1.1.1** O conteúdo do curso deverá atender ao detalhamento mínimo estabelecido no Anexo I do Termo de Referência e deverá ter carga horária de 12 (doze


horas) horas, de acordo com a proposta anexada sob o SEI nº 018249158;

- 1.1.2. O curso deverá ser ministrado por Bacharel em Contabilidade com especialização e prática em escrituração fiscal.;

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO**

- 2.1. O curso será realizado nas dependências da contratante (in company).

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DO PRAZO CONTRATUAL**

- 3.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.
- 3.2. O início do curso deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos do recebimento da ordem de serviço, e ser informado para a contratada com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência.

**CLÁUSULA QUARTA  
DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1. O valor total da presente contratação é de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).
- 4.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 4.3. Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº 66.875/2019, no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), onerando a dotação orçamentária nº 17.10.04.129.3011.3.001.4.4.90.39.00.01 do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.
- 4.4 . Não haverá reajuste de preços.

**CLÁUSULA QUINTA  
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA e DA CONTRATANTE**

- 5.1. São obrigações da **CONTRATADA**:
- a) Iniciar o curso em até 30 (trinta) dias corridos do recebimento da ordem de serviço.
  - b) Ministrando o treinamento de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência
  - c) Fornecer material didático de apoio referente ao curso, observando-se rigorosamente as características indicadas no conteúdo programático, sendo legíveis e de boa qualidade em complemento ao material didático disponível online e impresso.



- d) Fornecer, após 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, a definição didática, o planejamento/conteúdo programático a ser ministrado e o material a ser apresentado e entregue no curso, para aprovação da contratante, em até 5 dias úteis do recebimento do material respeitando o conteúdo detalhado no Anexo I deste Termo de Referência. Em caso da reprovação do material, a contratada terá mais 03 (três) dias úteis para a reapresentação adequada.
- e) Aplicar a avaliação do curso, quando houver.
- f) Enviar à Contratante o relatório contendo frequência dos alunos-servidores e notas de participação, atividades ou avaliações quando elas ocorrerem, ao término do curso.
- g) Emitir certificados de conclusão no final do curso, para cada servidor participante em até 30(trinta) dias corridos.
- h) Designar um profissional, preposto, que será responsável pela coordenação do serviço.
- i) Realizar a reposição das aulas não ministradas em decorrência de algum tipo de imprevisto ou por falta exclusiva do instrutor, sem prejuízo da eventual substituição acima prevista.
  - i.1) A reposição deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias após o término do curso.
- j) A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano que venha a ser causado à Administração ou a terceiros que eventualmente venha a ocorrer no cumprimento do contrato, podendo o valor referente ao prejuízo apurado ser descontado do pagamento de que for credor;
- k) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- l) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

#### 5.2 São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
- b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- d) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- e) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- f) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- g) A CONTRATANTE deverá fornecer lista dos alunos em até 2 (dois) dias úteis antes do início dos cursos.
- h) Conferir a lista de frequência.
- i) Designar um responsável para ser o interlocutor com o coordenador do serviço da Contratada.



*[Handwritten signature]*

j) A fiscalização pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

## CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

**6.1.** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data da entrega da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, nos moldes da Portaria SF 92/2014.

**6.1.1.** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

**6.1.1.1.** A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 6.1.1. não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

**6.2.** A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

**6.3.** Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**6.4.** Antes do pagamento a contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

**6.5.** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no Banco do Brasil, nos termos do disposto no Decreto Municipal nº 51.197/2010.

**6.6.** Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

**6.6.1** Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

**6.6.2.** O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada.

**6.7.** Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material.

**6.8.** Os pagamentos obedecerão às Portarias da Secretaria Municipal da Fazenda (SF) em vigor, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

## CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

7.1. São aplicáveis as sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal no 10.520/02 e demais normas pertinentes, devendo ser observados os procedimentos contidos no Capítulo X, do Decreto Municipal nº 44.279/03.

7.2. As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

- a) Advertência por escrito;
- b) 0,5% de multa por dia de atraso na entrega/início dos serviços até o décimo dia. Ultrapassado este prazo, será considerado o atraso como inexecução parcial do ajuste.
- c) 1% de multa por dia de atraso na entrega/início dos serviços do 11º até o 20º dia, ultrapassado este prazo, será considerado o atraso como inexecução parcial do ajuste.
- d) 10% de multa se o atraso na entrega/início dos serviços for superior a 20 dias, além da penalidade anterior.
- e) 30% de multa sobre o valor total do contrato no caso de rescisão por inexecução do contrato ou caso a empresa se recuse a contratar ou retirar Nota de Empenho.
- f) 10% de multa sobre o valor total do contrato por descumprimento de quaisquer obrigações assumidas.
- g) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, por descumprimento de qualquer obrigação da CONTRATADA para a qual não haja penalidade específica, por ocorrência e, na reincidência será aplicado o dobro.

7.3. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os prazos nele fixados.

7.4. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

7.5. Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

7.6. O prazo para pagamento da multa será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

7.8. São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Não será aceita, sob nenhum pretexto, a transferência, pela Contratada, da responsabilidade pela execução do objeto deste Termo de Referência para outras entidades.
- b) A Contratada deverá ser uma instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, com inquestionável reputação ético-profissional e sem fins lucrativos;

- c) A metodologia de ensino será por aplicação de exercícios práticos com ênfase em lançamentos contábeis de tributos municipais e deverá conter:
- c.1) Funções da Contabilidade Tributária;
  - c.2) Escrituração contábil; Receitas e Despesas – conceitos, contabilização, classificação e tratamento contábil focando os tributos municipais;
  - c.3) Registros contábeis e tributários;
  - c.4) Provisão e apropriação;
  - c.5) Depreciação e amortização;
  - c.6) Tributos discutidos judicialmente;
  - c.7) Lalur (adição, exclusão e compensação);
  - c.8) Impostos e contribuições pagas indevidamente ou a maior que o devido;
  - c.9) Cases de Planejamento Tributário

**CLÁUSULA NONA**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**9.1.** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

**9.2.** Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

**CONTRATANTE:** Rua Libero Badaró nº 190 – 17º andar– Bairro: Centro, Cidade: São Paulo

**CONTRATADA:** Rua Ceará, nº 2168 – Campos Elísios – Ribeirão Preto/SP, CEP 14085-520, Telefone: (16) 2132-7000

**9.3.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

**9.4.** Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

**9.5.** A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

**9.6.** A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**9.7.** No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 16.5 do edital.

**9.8.** Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o Termo de Referência (SEI 018248472) e a proposta da contratada (documento SEI 018249158) todos do processo administrativo SEI nº 6017.2019/0031676-4.



*(Handwritten signatures and marks)*

9.9. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a Lei Municipal nº 13.278/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

9.10. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA DÉCIMA  
DO FORO**

10.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.


E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, 23 de Agosto de 2019.




**ELIANE OSTROWSKI**  
Coordenadora de Administração da Secretaria Municipal da Fazenda  
**Prefeitura do Município de São Paulo**  
(Contratante)

  
\_\_\_\_\_  
**INSTITUTO BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA.**  
(Contratada)

Nome: **Adilson Gonzalez IBESP**  
CPF: 

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_  
NOME e CPF

**DORA MARIA SALES**  


  
\_\_\_\_\_  
NOME e CPF

**Juliana Cristina C. Rebute**  
